

Ata nº 10/2025

7 de novembro de 2025

----- Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, nos Serviços Centrais (SC) do IPC, presidido pelo seu Presidente, Filipe Preces. -----

----- Estiveram presentes os Conselheiros e Convidados que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1). Participaram também na reunião por videoconferência via Teams (ID da reunião: 383 207 357 005 4), os Conselheiros Diogo Machado, Leonor Brito, Luís Roseiro e Sílvia Mendes, bem como os Convidados Alexandre Silva e Telmo Pereira. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os Conselheiros Andreia Dias, Duarte Nuno Vieira, Hugo Figueiredo, Pascoal Silva, Pedro Santos e Rui Soles Gonçalves (Doc. 2). -----

A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **A) INFORMAÇÕES:** -----

----- **Ponto 1 – Informações;** -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Ratificação das alterações aos mapas de pessoal do IPC;** -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do Plano Estratégico do IPC para 2025-2029.** -----

----- **C) OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **Ponto 4 – Outros assuntos.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral (PCG) cumprimentou os Conselheiros e os Convidados presentes e deu início à reunião. -----

----- **A) INFORMAÇÕES** -----

----- **Ponto 1 – Informações.** O PCG deu a palavra à PIPC que cumprimentou todos os presentes e informou que na reunião de hoje será colocado à consideração o Plano Estratégico do IPC, mas que na sequência do Plano Estratégico terão de ser elaborados o Plano de Atividades e o Orçamento anual, sendo o Plano de Atividades do IPC o reflexo daquilo que serão os Planos de Atividades das Unidades Orgânicas (UO). Nessa medida, a Presidência do IPC irá auscultar a comunidade académica, tendo os Presidentes das UO recebido o agendamento das reuniões que serão, num primeiro momento, com as Presidências das Escolas e, num segundo momento, com os membros dos Conselhos de Escola, Conselhos

Técnico-Científicos e Conselhos Pedagógicos. -----

O Presidente da ESEC informou que ele próprio e o Presidente da ESAC vão apresentar ao CG uma exposição no sentido de ser reapreciada a decisão tomada ontem na reunião do Conselho de Gestão, relativa à distribuição do plafond do Orçamento do Estado, uma vez que a verba atribuída às duas Escolas não permite sequer assegurar o pagamento dos salários. -----

----- Não havendo mais informações a prestar, passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Ratificação das alterações aos mapas de pessoal do IPC.** O PCG deu a palavra à PIPC para apresentar este ponto, tendo a PIPC informado que as alterações decorrem da autonomia das Escolas na gestão de recursos humanos, que foram autorizadas em tempo oportuno, mas que carecem de homologação em CG. O PCG deu a palavra aos conselheiros e convidados, não tendo havido intervenções. De seguida, o PCG colocou a votação a ratificação das alterações aos mapas de pessoal (Doc. 3), tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do Plano Estratégico do IPC para 2025-2029.** O PCG deu a palavra à PIPC para, em breve súmula, fazer a apresentação do Plano Estratégico (PE) para o quadriénio do seu mandato (Doc. 4). A PIPC informou que nesta altura o documento já foi alvo de análise no Conselho de Gestão e no Senado e que hoje é apreciado em CG. Referiu que na reunião do Senado realizada no dia anterior alguns membros não tinham apreciado o documento, tendo sido acordado que se tivessem propostas de alteração as fizessem chegar aos seus representantes no CG. Neste sentido questionou os membros do CG se tinham recebido alguma proposta de alteração, constatando que tal não tinha acontecido. A PIPC informou também que foi disponibilizado um documento em PDF, mas que quando o PE estiver aprovado vai estar disponível no site institucional do IPC, em formato de *eBook*, em língua portuguesa e inglesa. Salientou que o PE tem uma interface diferente ao que tem sido habitual, que a ideia era termos um documento leve, que fosse lido na íntegra e que refletisse o que são os cinco eixos fundamentais desta Presidência. Referiu que o PE não tem um eixo estratégico dedicado à ação social porque todas as ações associadas aos estudantes estão claramente definidas nos seus cinco eixos. Acrescentou que o documento foi enriquecido com os contributos dos membros do Conselho de Gestão, tendo, em função disso, ficado plasmadas no PE as metas que queríamos atingir daqui a quatro anos. Esclareceu ainda que os objetivos e ações do PE serão quantificados em sede de Plano de Atividades e Orçamento. -----

De seguida o PCG deu a palavra aos conselheiros e convidados. -----

Interveio a Conselheira Alexandra Oliveira que referiu que é com gosto que vê a ação 9 do objetivo 4 - Revisão e simplificação dois processos no âmbito do SIGQ -, corroborando a necessidade de simplificar o SIGQ. Em relação ao objetivo 17 – Garantir a transformação digital -, salientou a necessidade de tornar compatíveis as ferramentas que temos, dado que estas têm sido uma mais valia, mas é essencial que comuniquem. No que diz respeito ao objetivo 16 – Garantir as condições de equidade da comunidade IPC -, lamenta que apenas veja referido aquilo que são condições físicas. Gostava de ver essa equidade não só nas condições físicas, mas também noutras valências, adiantando que trabalhamos todos no IPC, fazemos todos o mesmo, mas não fazemos todos o mesmo esforço nem trabalhamos nas mesmas condições. -----

A PIPC esclareceu que foi na tentativa de termos alguma equidade naquilo que cada um faz nas suas Escolas que a divisão do orçamento originou o que originou. Claramente houve duas Escolas que foram penalizadas, mas foi para termos equidade na forma de tratarmos todos os docentes. -----

O Conselheiro José Pedro Silva afirmou que se reconhece, no essencial, neste PE e nos seus eixos, sendo que o contributo que poderia acrescentar está subjacente, mas poderia ser tornado mais explícito, que é a existência de estudos prospetivos. Salientou que está a haver muitas mudanças, muito rápidas, e que estamos a sofrer com isso. O planeamento a médio e longo prazo é que garante a sustentabilidade, sendo importante ter sensibilidade na identificação de tendências de procura dos alunos do 12º ano e também nas formações de 2º e 3º ciclos e nas formações pós-graduadas. -----

A PIPC informou que em breve vamos ter um conjunto de alterações profundas - no RJIES, no diploma dos graus académicos, no estatuto da carreira docente – e que dada a dinâmica que vamos ter de imprimir para rever estatutos e regulamentos, lhe pareceu avisado, nesta altura, não nos comprometermos com medidas demasiado específicas neste Plano Estratégico, uma vez que o enquadramento legal e institucional poderá alterar-se significativamente num curto espaço de tempo. --

De seguida interveio o Conselheiro Nuno Carvalho que afirmou não conseguir perceber como é que o orçamento vem precisamente da equidade que se quer dar ao trabalho dos docentes. Não percebe como essa distribuição faz com que a ESEC tenha uma redução de quase um milhão de euros. Referiu que o IPC não recebeu menos dinheiro do que no ano anterior e que se o que se quer é fechar uma Escola isso tem de ser assumido por quem de direito. Referiu ainda que o PE também devia garantir a sustentabilidade financeira da instituição no seu todo. -----

A PIPC esclareceu que este um milhão que a ESEC não vai ter este ano também já não teve no ano passado, nada se alterou e a divisão do orçamento foi decidida exatamente da mesma forma, só que no

ano anterior foi retirado ao orçamento do da ESTeSC, do ISCAC e do ISEC o valor para cobrir o deficit da ESEC. A diferença é que este ano as Escolas que têm dinheiro ainda não mostraram essa solidariedade e decidiram não o emprestar às escolas deficitárias – ESAC e ESEC. Informou que o Presidente da ESEC fez essa proposta ontem em Conselho de Gestão e que a mesma não foi aceite. -----

A Conselheira Susete Fetal manifestou o seu agrado em relação à apresentação do PE, pela forma descomplicada e assertiva do documento, e informou que se revê no parecer que os membros externos emitiram sobre o mesmo. Referiu também que gostou do procedimento utilizado, com tempo para que o documento fosse analisado e para que fossem enviados contributos, sendo de louvar e de manter para os documentos seguintes. -----

O PCG referiu que é sempre de saudar a disponibilização atempada do documento, até porque, como documento estratégico que é, carece de uma reflexão. -----

Interveio a Conselheira Sandra Duvergé Sandra, tendo referido que apesar da estrutura estratégica estar bem delineada, seria importante a inclusão de indicadores de desempenho e metas quantitativas aferíveis. No entanto, considerou que a PIPC tinha esclarecido esta questão na sua intervenção inicial ao remeter para o Plano de Atividades. -----

A PIPC informou que ontem foi apresentado no Conselho de Gestão o *template* do Plano de Atividades e Orçamento o qual, entretanto, vai ser enviado para as UO, para dar espaço para reflexão e envio de contributos antes de ser novamente levado a Conselho de Gestão para aprovação. -----

O Conselheiro Francisco Sarmento manifestou o seu agrado pela visão da instituição enquanto promotora do bem comum, alinhando ciência e comunidade. Referiu que o PE é muito coerente nesse sentido, salientando este aspeto transversal ao PE nesta perspetiva de bem comum. O Conselheiro fez votos que essa mesma projeção se possa refletir em ações solidárias internamente, voto a que o PCG se associou. -

A Conselheira Fernanda Coutinho congratulou a PIPC pela iniciativa de envolver de forma mais direta os órgãos de gestão das UO. Mencionou que ainda não conhece o *template* para o Plano de Atividades, mas que espera que este se possa articular com o Relatório de Atividades para que num momento posterior seja mais fácil escrutinar. -----

Seguidamente interveio a Conselheira Sílvia Mendes que salientou o conceito de rede em termos de investigação, conhecimento e partilha, bem como a aposta na internacionalização. Referiu que lhe agradou muito a gestão participativa e colaborativa, apelando a que cada vez mais haja essa gestão colaborativa e participada de todos nós. Em termos de inovação pedagógica, considera extremamente

importante esta perspetiva, havendo algumas questões que podem ser melhoradas com os contributos dos Conselhos Pedagógicos. -----

O PCG reforçou esta visão colaborativa, referindo que devemos pugnar pela sua intensificação e concretização, esperando que tenha uma concretização plena no documento que venha a ser apresentado. -----

Não havendo mais intervenções, o PCG recordou que a deliberação sobre o PE carece de parecer dos Elementos Externos (EE) do CG, o qual foi aprovado por unanimidade dos EE e é favorável à aprovação do documento (Doc. 5). Seguidamente o PCG colocou o PE a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com uma abstenção da Conselheira Alexandra Oliveira. -----

----- **Ponto 4 – Outros assuntos.** A PIPC solicitou a introdução do seguinte ponto: **Participação do IPC na Aemiteq - Associação para a Inovação Tecnologia e Qualidade**, o que mereceu a concordância dos conselheiros presentes. O PCG deu a palavra à PIPC para apresentar este ponto (Doc. 6). -----

----- A PIPC fez o enquadramento do convite para o IPC se constituir sócio da Aemiteq, informando que nos dois anos anteriores já tivemos projetos com esta Associação e que dadas as novas *calls* que vão abrir é importante integrar a Associação através da aquisição de unidades de participação. Informou ainda que cada unidade de participação tem o valor de 2.500,00€, sendo proposta a aquisição de duas unidades de participação e assumindo os Serviços Centrais a despesa. Informou ainda que o valor das unidades de participação poderá ser utilizado para a realização de ensaios na Associação, com os seus meios. ----- Seguidamente o PCG colocou a proposta de adesão à Aemiteq a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros presentes. -----

----- De seguida o PCG deu a palavra aos Conselheiros para que pudessem apresentar outros assuntos. ----- Interveio o Conselheiro José Pedro Silva que referiu precisar de mais esclarecimentos sobre o problema financeiro da ESEC e o que está subjacente ao mesmo, dado que essa informação não lhe chegou. Salientou que importa saber qual é o retrato do problema para poder envolver todas as pessoas na sua resolução deste problema, tendo sugerido que a auscultação das Escolas fosse alargada a quem não tem assento nos órgãos. -----

A PIPC informou que o assunto foi tratado ontem em Conselho de Gestão e que a ata da reunião ainda não foi disponibilizada, mas que o será como tem acontecido com todas as atas. Afirmou ainda que não pode aceitar que digam que esteja aqui uma intenção velada sobre fechar uma Escola, desde logo porque na penúltima reunião do Conselho de Gestão foi a PIPC que apelou à solidariedade das outras UO quando

a ESEC teve dificuldades. Salientou que Isso nunca, jamais, foi dito na reunião de ontem, que nunca foi essa a intenção e que nunca será essa a intenção. Adiantou também que o orçamento foi apresentado com um memorando descritivo da razão dos valores apresentados. Reforçou ainda que foi utilizado exatamente o mesmo critério do ano anterior. -----

O Presidente do ISCAC confirmou exatamente o que a PIPC tinha acabado de dizer, acrescentando que a distribuição do orçamento enferma sempre dos mesmos problemas, não é uma circunstância nova. Esclareceu que no governo anterior foi adotada uma fórmula explícita, que é transparente e que informa o valor que cada aluno recebe em cada curso. Não acontece só para o IPC, acontece para todas as Escolas de Portugal, todas recebem exatamente pela mesma fórmula. A distribuição do orçamento foi feita de acordo com essa fórmula. Depois as Escolas têm de gerar receita própria para aumentar a sua prestação. Referiu ainda que no ano anterior o ISCAC e outras Escolas retiraram valor que lhes cabia, favorecendo os orçamentos de outras Escolas, nomeadamente da ESEC, o que levou a que a ESEC ficasse com 1.160.000,00€ acima do valor que a fórmula lhe daria. Reforçou que não é um assunto que acontecesse só este ano, já vem de trás e já devia ter sido acautelado. Referiu ainda que as contas do ISCAC estão equilibradas à custa de um esforço interno muito grande e que não pode prescindir de um orçamento que lhe é devido quando sabe que, por vicissitudes várias o ISCAC não preencheu a totalidade das vagas e que essa circunstância se vai notar no próximo ano. -----

A PIPC salientou que os Politécnicos sempre foram subfinanciados quando comparados com as Universidades e que se torna essencial passarmos a ser Universidade Politécnica porque é daí que igualamos o financiamento. -----

A Conselheira Alexandra Oliveira afirmou que a realidade da ESAC não é comparável com a das outras Escolas, que a Escola Agrária não pode ser acusada de despesismo e que a fórmula está errada e é muito importante que mude. -----

O Presidente da ESEC salientou que a Portaria que fixou a nova fórmula não financia Escolas, financia Instituições de Ensino Superior e que nessa Portaria estão definidos princípios de gradualismo, previsibilidade e sustentabilidade, que é tudo o contrário de tirar dinheiro a uma Escola. Referiu que a fórmula utiliza mais de um fator e que 21% vêm do fator de sustentabilidade que foi dado ao IPC. Salientou que cabe a cada Politécnico definir as regras de divisão interna do orçamento. A fórmula não pode ser ignorada, mas tem de ser ponderada de acordo com as condições concretas da Instituição. Informou também que a Escola não tem mais oferta formativa porque não tem condições físicas para isso e que há vários cursos a funcionar num polo que não tem condições. Afirmou ainda que a PIPC

justificou retirar 800 mil euros devido às reduções concedidas por desempenho de cargos, mas que essas dispensas, na prática, não correspondem a quase nada porque os docentes têm horas a mais, nalguns casos as pessoas exercem mais de um cargo e não acumulam dispensas. Essas dispensas correspondem, no máximo, a 60 mil euros o que não justifica um corte de 800 mil. -----

O Presidente da ESAC reforçou o que a PIPC disse, de tentarmos todos fazer um esforço para sermos Universidade Politécnica e salientou que, desse ponto de vista, a PIPC nada tem a apontar à Escola Agrária, que já viu acreditados os dois programas doutorais que submeteu à A3ES e que são, nesta altura, os únicos do IPC. -----

Não havendo mais intervenções, o PCG deu por encerrada a discussão deste ponto. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os Conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei.-

Filipe Pecen